

Crise monárquica, guerras civis, nações pós-imperiais: uma interpretação dos espaços bourbônicos e de sua herança (1792-1914)

Monarchical Crisis, Civil Wars, Post-Imperial Nations: an Interpretation of Bourbon Spaces and their Heritage (1792-1914)

Carmine Pinto*

RESUMO

O artigo analisa o processo de desintegração do espaço bourbônico euro-atlântico entre o final do século XVIII e o início do século XX, tomando a guerra como elemento central para compreender a transição das antigas monarquias imperiais para os novos Estados nacionais. A partir das revoluções atlânticas e das guerras civis subsequentes, Carmine Pinto mostra como a crise da legitimidade monárquica fragmentou o mundo bourbônico e deu origem a múltiplos projetos nacionais, tanto na Europa quanto na América Latina. O estudo enfatiza que, diferentemente de outras potências europeias, os herdeiros dos Bourbons consolidaram seus Estados por meio de conflitos internos, e não de guerras de potência, revelando uma dinâmica específica de construção nacional pós-imperial.

Palavras-chave: Monarquias burbônicas, guerras civis; crise imperial; construção nacional; América Latina; Europa.

ABSTRACT

The article examines the disintegration of the Euro-Atlantic Bourbon world between the late eighteenth and early twentieth centuries, viewing war as the key to understanding the transition from imperial monarchies to new national states. Drawing on the Atlantic revolutions and subsequent civil wars, Carmine Pinto argues that the crisis of monarchical legitimacy fragmented the Bourbon domains and generated multiple national projects across Europe and Latin America. Unlike other European powers, the Bourbon successors built their states through internal conflicts rather than power wars, revealing a distinctive post-imperial pattern of nation-building.

Keywords: Bourbon monarchies; civil wars; imperial crisis; nation-building; Latin America; Europe.

1 INTRODUÇÃO

As monarquias bourbônicas estiveram no centro das revoluções atlânticas e das guerras iniciadas no final do século XVIII. No Setecentos, os domínios das coroas da família haviam assumido dimensões globais. Após a Guerra de Sucessão da Espanha e a chegada de Carlos III a Nápoles, à superpotência francesa — a maior força político-militar do continente — somaram-

Artigo submetido em 9 de setembro de 2025 e aprovado em 23 de outubro de 2025.

* Professor Assistente de História Contemporânea, Universidade de Salerno, Itália. Doutor em História da Indústria, Universidade de Salerno, Itália. Graduado com distinção em Literatura Moderna, Universidade de Salerno, Itália. E-mail: cpinto@unisa.it

se Madrid, com sua imponente herança imperial dos Habsburgo, e o apêndice mediterrâneo do antigo Reino de Nápoles (Caridi, 2014). O novo espaço euro-atlântico bourbônico desafiou a crescente potência britânica e os equilíbrios europeus, além de abrigar os debates político-culturais mais intensos da história europeia. O crescimento da superpotência bourbônica obteve, com a revolução de independência da América inglesa, seu êxito mais importante, no âmbito de uma disputa plurissecular pela liderança e pela influência na expansão atlântica.

A revolução na França abalou profundamente o mundo bourbônico. Em primeiro lugar, eliminou o centro de poder da monarquia. Em segundo, dividiu o espaço bourbônico, favorecendo o desenvolvimento de quatro diferentes áreas de difusão do conflito político. Por fim, o entrelaçamento entre guerra, revolução e modernização política rompeu para sempre o mundo bourbônico, no interior de um conflito que assumiu características de mobilização inéditas (Bell, 2007). As coroas e seus partidários conservaram relações estreitas, mas os espaços bourbônicos dividiram-se para sempre. Na França, a revolução e, em seguida, o Grande Império Napoleônico interpretaram um projeto político pan-europeu que garantiu a sobrevivência de uma potência de dimensões imperiais por mais um século.

Em Madrid e em Nápoles, as monarquias enfrentaram um desafio tão poderoso e radical que colocou em questão um modelo de legitimidade secular, desencadeando um processo que acompanhou o fim do antigo espaço imperial, produzindo a primeira onda de Estados nacionais da história na América e a renovação das identidades estatais no Mediterrâneo. O processo revolucionário não foi linear. A guerra e o conflito civil foram sua consequência mais significativa, devastando o espaço bourbônico: homens que falavam a mesma língua e haviam compartilhado instituições, tradições e culturas seculares buscaram resposta para a ruína da deslegitimação de um mundo ao qual haviam pertencido por gerações, a partir das próprias antigas monarquias (Pinto, 2017; Caron; Luis, 2015; Rujula; Solans, 2017). Além disso, a guerra deslocou definitivamente o equilíbrio geopolítico em favor da potência britânica e também da nascente democracia norte-americana, determinando o fim do antigo espaço imperial.

Este artigo analisa como a guerra liberou novas forças e multiplicou antigas fraturas no mundo bourbônico de origem hispânica, que iniciou um percurso conectado, mas distinto daquele da nação francesa. Tratava-se, afinal, de um contexto enraizado em fundamentos completamente diversos, edificados na intensa época habsbúrgica. Os territórios americanos e europeus haviam sido redefinidos no longo reinado de Carlos III (primeiro rei em Nápoles, depois em Madrid) e confiados a seus filhos Carlos IV e Fernando IV. Foram eles a sofrer a ruptura mais radical, por meio da conexão entre guerra e revolução. Uma combinação que, nas décadas seguintes, transformaria o conflito interno — e frequentemente a guerra civil — no principal instrumento para enfrentar e resolver alternativas estatais, culminando na afirmação definitiva dos edifícios nacionais. Esta análise utiliza a perspectiva da guerra para compreender a transição do espaço bourbônico euro-atlântico para a era da construção nacional (Kosseleck, 1972; Singer, 1982; Van Creveld, 1991; Enzensberger, 1994; Brown, 1996; Calleja, 2002; Kalyvas, 2006; Pavone, 1994; Ranzato, 1994;) propondo problemas interpretativos gerais acerca da primeira grande onda de Estados nascidos de uma crise imperial.

2 1792-1829: CRISE IMPERIAL E CONFLITOS CIVIS

A revolução declarou guerra às monarquias bourbônicas. Na verdade, estas conseguiram resistir à grande crise da década de 1790, ainda que de formas distintas. A Espanha combateu uma guerra patriótica antifrancesa, depois tentou conviver com o consulado e, por fim, sofreu uma aliança subordinada ao império napoleônico, baseada na tradicional disputa atlântica anti-britânica. Em Nápoles, as condições foram muito mais dramáticas: o reino foi invadido pelos franceses, uma parte importante fundou uma república radical, e a contrarrevolução

desencadeou uma sangrenta e vitoriosa guerra civil, concluída com o massacre das elites adversárias. Em ambos os casos, entretanto, a Restauração mostrou-se frágil e parcial, e o declínio das monarquias bourbônicas era evidente aos olhos da Europa. No início da era imperial (1801-1805), já eram Estados de soberania limitada.

A fragilidade das duas coroas e de seus aparatos possibilitou uma impressionante virada na história europeia e global. O primeiro episódio ocorreu em Nápoles. Em 1805, a política de Fernando IV provocou a intervenção napoleônica: a invasão das províncias napolitanas após a Batalha de Austerlitz, seguida pelo início do Decênio Francês, deu origem a uma monarquia de cunho napoleônico que conquistou adesão significativa no Mezzogiorno italiano. O rei Bourbon, refugiado na Sicília, só continuou a luta graças à proteção inglesa. Pouco depois, em 1808, uma crise familiar e política desconcertante permitiu um golpe de Napoleão na Espanha: o imperador impôs as abdições da família real na reunião de Bayona e colocou seu irmão José Bonaparte no trono de Madrid. Isso desencadeou, contudo, a autoconvocação de organismos locais em função antifrancesa (mais uma vez apoiados pelos ingleses).

O contragolpe foi igualmente poderoso na América espanhola. Formaram-se juntas (que impediram mesmo um tímido reconhecimento da solução francesa), declarando-se fiéis ao rei prisioneiro. Na realidade, em poucos anos, iniciou-se o confronto entre os realistas fiéis a Fernando VII e aqueles que começaram a imaginar soluções diversas e inovadoras. Em 1810, todos os espaços bourbônicos enfrentaram o colapso de um poder tradicional e plurissecular, concentrado na pessoa do rei, registrando uma crise de legitimidade que tornou possível a rápida ruína de uma das mais importantes potências imperiais da modernidade, marcada, pelo menos desde Carlos V, por uma linha de expansão geopolítica e ideológica.

Não por acaso, a mudança de regime nos reinos de Madrid e de Nápoles não foi comparável às ocupações militares de Viena, Berlim ou Moscou, onde jamais se colocou em questão a legitimidade das dinastias reinantes, nem se registrou a implosão das instituições e da sociedade, mesmo diante de derrotas militares gravíssimas (Cobb, 1972; Godechot, 1971; Schnur, 1986; Sutherland, 1986).

A década seguinte foi marcada pela guerra. Diversos projetos de Estado e hipóteses de titularidade do poder se confrontaram na Espanha, no Mezzogiorno italiano e nas principais áreas do império (sobretudo no México, entre Venezuela e Colômbia, bem como entre Argentina, Bolívia e Chile). Em todos os casos, o conflito assumiu caráter predominantemente político-ideológico, mobilizando homens de diferentes origens sociais, tanto no campo revolucionário quanto no contrarrevolucionário. Até 1815, nos espaços bourbônicos, desenvolveram-se quatro hipóteses de legitimidade tradicional: transmissão dinástica e patriotismo monárquico; revolucionária: republicana ou monárquico-constitucional; imperial pan-europeia: filonapoleônica; independentista: revolucionária e autonomista regional-nacional.

A Restauração modificou esses cenários conforme o contexto político e os resultados da guerra, frequentemente entrelaçando projetos de Estado com velhas e novas identidades nacionais. Em todos os casos, encerrada a guerra global, o conflito civil tornou-se o motor central da luta política e do desenvolvimento estatal. Na Espanha, a crise da dimensão imperial levou à formação dos partidos do século XIX, mobilizou setores importantes da sociedade e começou a desenvolver comunidades políticas contrapostas, contrapoderes territoriais e uma fragmentação marcada pela recorrência cíclica da guerra civil (Hamnett, 1985; Esdaile, 2003; Cuenca Toribio, 2006; Fraser, 2008; Hocquellet, 2008).

Em Nápoles, a ampla adesão ao regime francês estabilizou o Estado, facilitou a modernização e eliminou o feudalismo. Isso obrigou os Bourbons a tentar uma mediação com os aparatos políticos e militares de origem napoleônica, mas sem conseguir absorver a oposição, que havia assumido feições liberais (Rao, 2002; Mascilli Migliorani, 2003; Davis, 2009). Nos

territórios americanos, prosseguiu um intenso conflito civil entre os próprios criollos, com lealdades e programas distintos: de um lado, os que apoiavam a renovada ligação com a monarquia; de outro, aqueles que, muitas vezes após diversas experiências, chegaram à decisão de formar Estados independentes.

Ainda que os territórios das monarquias tenham seguido trajetórias divergentes, a guerra foi o fenômeno comum. Todos enfrentaram a multiplicação da violência por meio de atividades secretas, organizações paramilitares, guerrilhas rurais, crescimento dos exércitos, mobilização de aparatos logísticos e faíscas locais que provocaram a politização de amplos setores urbanos e rurais. A guerra também se tornou o motor da circulação de homens e ideias (Brown, 2010).

O êxito da Restauração foi amplo, não apenas na Europa, mas também em boa parte dos territórios americanos. Em 1816, a Grande Colômbia, o México e o Chile estavam em grande medida sob controle dos lealistas. Apesar disso, o grande fracasso da política bourbônica foi a incapacidade de integrar os fortes grupos de oposição liberal e independentista. Não havia um poder estável e amplamente reconhecido. Os que se encontravam na oposição ao sistema de Viena passaram a ver na violência a única prática possível, revelando a incapacidade das autoridades bourbônicas de recompor a ordem absolutista ou de oferecer espaços de participação e integração aos contestadores políticos ou regionais (Portillo Valdés, 2006).

A combinação desses fatores determinou o fim do espaço bourbônico. O ano de 1820 representou o ponto de virada. A influência da revolta e da Constituição de Cádiz arrasou Nápoles, a Sicília e a América Latina (Gandía, 1960; Guerra, 1995; Guardino, 1996). Foi a crise de 1820 que definiu os resultados finais (Pérez Vejo, 2010; Tutino, 1986; Guerra, 1992; Rodríguez, 2005; Brown, 2012), multiplicando os efeitos interligados entre acontecimentos atlânticos e europeus (Brown, 2012). Nem Fernando VII, em Madrid, nem Fernando I, em Nápoles, haviam reconstruído uma sólida hegemonia interna. Em vez disso, em um mundo onde se falava a mesma língua e, ainda que com diferenças étnicas e raciais (na América), as elites dirigentes eram cultural e socialmente afins, multiplicaram-se projetos nacionais alternativos, por meio de guerras civis e fases institucionais e sociais inovadoras, que já não reconheciam um centro unificador.

A onda constitucional e, em seguida, a reação absolutista na década de 1820 dividiram e fragmentaram o espaço bourbônico. Na Europa, por um instante, a revolução liberal pareceu permitir uma decisiva modernização do espaço bourbônico mediante a introdução de instituições representativas negociadas com o soberano. Contudo, as monarquias bourbônicas optaram por restaurar o absolutismo através da intervenção da Santa Aliança em Nápoles e em Madrid (1821-1823). Já na América, a revolução levou ao colapso do dispositivo militar bourbônico na Grande Colômbia e à adesão em bloco do exército realista mexicano à causa independentista. Salvo algumas fortalezas bourbônicas no Peru e na Bolívia, os grupos sociais mais relevantes compreenderam que somente a independência poderia assegurar suas aspirações, segurança e patrimônio.

Entre 1820 e 1825, a vitória da revolução na América e da contrarrevolução na Europa fragmentaram definitivamente a herança de Carlos III, assim como o espaço geopolítico habsbúrgico. A Monarquia Católica deixou de representar um poder mundial e imperial, enquanto o antigo adversário atlântico britânico se consolidava e a França iniciava um percurso que a levaria a reconstruir uma dimensão imperial justamente ao superar a tradição bourbônica.

Ao mesmo tempo, em todos os países da Europa e da América bourbônica, décadas de guerras civis deixaram uma herança de violência e divisão que condicionou o desenvolvimento dos projetos nacionais. O conflito interno apresentou-se como a solução mais viável para renovar edifícios nacionais frágeis e divididos. Outras monarquias europeias lançaram as bases de potências nacionais pautadas pelo fortalecimento político e ideológico do Estado central, das instituições, dos exércitos e do aparato fiscal, com objetivos crescentes de expansão e potência (apesar dos abalos revolucionários posteriores). Inglaterra, Rússia, Prússia, Império Austríaco,

Países Baixos, Dinamarca e Suécia não registraram revoltas ou fraturas comparáveis às que marcaram os territórios bourbônicos. A independência grega foi apoiada pelas potências da Santa Aliança e pelos ingleses, enquanto o pronunciamento russo de 1825 e o piemontês de 1821 foram contidos.

No final da década de 1820, com o desaparecimento definitivo do espaço bourbônico unitário, surgiram problemas diversos: o confronto entre projetos nacionais na Espanha, a integração das questões italianas em Nápoles e a construção de novos Estados na América Latina. Muitas heranças, porém, permaneceram e marcariam todo o século XIX. No campo político, as características comuns da crise de legitimidade haviam gerado intensa competição entre elites locais e diferentes grupos sociais pela reformulação desse poder e pela definição de seu papel.

Além disso, para todos os Estados saídos da crise imperial, os paradigmas geopolíticos do mundo bourbônico haviam mudado. Do fim do império nasceram Estados frágeis, sem instituições centralizadas; as elites não eram sólidas; havia projetos nacionais contraditórios; e as divisões políticas e sociais eram pouco controláveis. Delineou-se, assim, um equilíbrio peculiar entre a escassez de inimigos externos e a fragilidade das estruturas internas. As guerras externas (imperiais, coloniais ou entre nações), como instrumento de construção e desenvolvimento da política nacional, mostraram-se inúteis ou evitáveis, já que o problema crucial era a luta para definir a identidade nacional e a função das instituições dentro do país.

De fato, apesar do peso de mitos patrióticos construídos em torno da figura do inimigo externo (os franceses para os Estados bourbônicos mediterrâneos, os colonizadores espanhóis para os americanos), todos os novos Estados apresentavam reduzidas tensões internacionais, tanto políticas quanto econômicas (Pinto, 2013). Na América Latina, com países pouco povoados e sem rivalidades econômicas concretas, as fronteiras tinham importância relativa, enquanto o problema central era o controle de um território nacional frequentemente desconhecido (Timothy, 1978; Bethell, 1987). Apenas o Mezzogiorno italiano, perdido definitivamente o centro de gravitação imperial, foi rapidamente envolvido pela difusão da questão nacional italiana.

3 1829-1914: QUESTÕES NACIONAIS E CONFLITOS CIVIS

O fim do espaço imperial não pacificou os Estados, nem na Europa nem na América. Ao contrário, marcou o início de uma série ininterrupta de conflitos civis que atingiram todos os países saídos da guerra e da revolução (Waldmann;Reinares, 1999; Canal; Gonzáله Calleja, 2012). Assim, o conflito interno tornou-se o principal motor do desenvolvimento dos projetos nacionais, substituindo definitivamente as guerras imperiais ou dinásticas que haviam caracterizado o mundo habsbúrgico e bourbônico.

Um olhar rápido sobre os herdeiros da coroa de Carlos III, entre a década de 1820 e o início do século XX, revela pelo menos sessenta guerras civis de grande importância, sem contar revoltas locais, atos de terrorismo, motins ou golpes de Estado, que multiplicariam essa cifra (Kelly, 1997). Em contraste, a guerra de potência, real ou potencial, sobretudo na segunda metade do século XIX, em quase todos os outros países do Ocidente em processo de industrialização e nacionalização, foi o motor da centralização do Estado, mobilizando recursos políticos, econômicos e ideológicos (Tilly, 1978; Brow, 1996).

A relação entre guerras internacionais e conflitos civis, entre os herdeiros do mundo bourbônico, foi, portanto, inversa à dos demais países europeus. Essa é uma chave interpretativa importante para compreender os aspectos da construção dos Estados nacionais, sem negar, obviamente, outras questões centrais de natureza econômica e político-social. Trata-se de uma

hipótese verificável pela análise da propensão a conflitos externos ou internos e do perfil da guerra na América, na Espanha e nas Duas Sicílias.

As guerras tradicionais (exclusivamente entre nações) não ultrapassaram a dúzia. Na maioria dos casos, não conheceram grandes mobilizações, massacres em massa ou emprego de instrumentos tecnologicamente avançados, com elevada letalidade nos campos de batalha e ampliação das zonas de morte. Limitaram-se a países latino-americanos, provocadas por disputas de fronteiras, recursos ou vias econômicas locais, supremacia regional e heranças das confusas divisões do imediato período pós-independência.

Essas poucas guerras externas concentraram-se em áreas instáveis, como entre Peru e Bolívia, ou entre Brasil, Uruguai e Argentina. Outras decorreram da impossibilidade de controlar fronteiras, como no caso do México com os Estados Unidos (1846-1849). Algumas foram causadas por pequenos e breves choques com potências europeias: a Guerra dos Pastéis entre França e México (1838), ou o modesto conflito naval entre Espanha, Peru, Chile e Bolívia (1865-1866). Quase todas se encerraram com tratados que estabilizaram fronteiras e interesses. Após a Guerra Grande, não houve mais conflitos entre Argentina e Brasil, praticamente desde meados do século XIX até hoje; tampouco entre México e Estados Unidos (salvo intervenções limitadas na fase da Revolução) ou entre americanos e Espanha (1898) (Burr, 1965; Oszlak, 1982; Collier, 1996). No espaço bourbônico europeu, esses conflitos haviam desaparecido por completo. A única guerra internacional de caráter moderno, também em razão da elevada dimensão das vítimas, foi a Guerra da Tríplice Aliança entre as potências do sul (Brasil, Argentina, Uruguai) e o Paraguai (1864-1870) (Box, 1967).

Outra tipologia foram as intervenções estrangeiras (sete no total), que se transformaram em algum tipo de conflito internacional, mas sempre derivadas de fermentos revolucionários internos ou crises políticas: Espanha em 1823, Nápoles em 1821 e 1860, a Guerra do Prata (1836-1851), México nos anos 1860, Colômbia em 1863 e a Guerra dos Mil Dias. Nesses casos, é difícil falar de guerras internacionais sem considerar as profundas lutas fratricidas que provocaram o envio de tropas de Napoleão III ao México, o Piemonte a Nápoles nos anos 1860, os franceses à Espanha (1823) ou os liberais venezuelanos e equatorianos à Colômbia.

Também é difícil considerar guerras externas aquelas em áreas periféricas (quatro), iniciadas como conflitos civis e concluídas com a independência de territórios distantes, como o Texas ou Cuba (graças à intervenção dos EUA (Ferrer, 1999)). Nesses casos, seguiram-se rápidas estabilizações das relações — como Cuba em relação à Espanha ou o Panamá em relação à Colômbia.

A confirmar a marginalidade desse fenômeno, as guerras internacionais envolveram áreas periféricas e raramente alcançaram as capitais. Apenas uma capital foi ocupada por exércitos estrangeiros: Lima, tomada pelos chilenos na Guerra do Pacífico. A Cidade do México o foi pelos exércitos estadunidense (1847-1849) e francês (1863-1867), mas em meio a terríveis lutas civis. Mesmo quando exércitos estrangeiros entraram em capitais europeias (Madrid em 1823, Nápoles em 1821 e 1860), isso ocorreu a pedido dos regimes bourbônicos depostos (1821-1823) ou dos revolucionários napolitanos (1860). Os conflitos mais sangrentos que envolveram participação internacional — como as Guerras de Intervenção no México (1862-1867), no Mezzogiorno italiano (1860-1861) e em Cuba (1898) — foram consequência de guerras civis.

Nenhuma guerra se transformou em conflito global ou continental. De pouco mais de vinte conflitos internacionais ou com participação externa, apenas em dois casos houve destruição total do inimigo: a Guerra da Tríplice Aliança, com a ocupação e o aniquilamento do Paraguai, e a crise da Unificação nas Duas Sicílias, com a desintegração do Estado e a extinção de suas instituições. A guerra externa foi impedida não apenas pela ausência de interesses concretos, mas também pela incapacidade dos Estados de criar sistemas fiscais

eficientes, o que poderia provocar rupturas com setores sociais contrários à construção de um Estado forte e capaz de conflitos externos (Centeno, 2002).

As motivações das guerras externas foram sempre consequência da instabilidade de problemas políticos ou de tensões regionais geradas pela implosão das monarquias. E se esgotaram quando tais problemas foram resolvidos ou estabilizados. As áreas mais envolvidas — o Prata e o norte do México — não voltaram a conhecer conflitos internacionais. Espanha e América Latina não participaram, salvo casos marginais, das duas guerras mundiais do século XX. A exceção do Mezzogiorno italiano deve-se à sua integração em um Estado nacional distinto do antigo Reino de Nápoles. Se observarmos o mapa da Espanha e da América Latina de 1849, 1902 e da atualidade, vemos que, salvo poucas e pequenas alterações, as fronteiras permanecem praticamente as mesmas.

Já a guerra civil foi o principal vetor da construção dos edifícios nacionais após o colapso bourbônico, em um contexto de profunda instabilidade política e institucional, evidenciado pela interminável sequência de insurreições, pronunciamentos e motins. O México teve quarenta e nove governos em trinta e três anos; o Reino das Duas Sicílias conheceu uma dúzia de insurreições e foi obrigado a conceder quatro vezes a Constituição (retirando-a sempre que podia); a Bolívia teve treze pronunciamentos militares apenas em 1840; a Colômbia, uma dúzia de guerras civis entre 1830 e 1886, mudando seis vezes a Constituição; a Argentina, ao longo do século XIX, alterou seis cartas constitucionais. Na Venezuela, entre 1830 e 1906, houve 166 motins e revoltas armadas. Se isolarmos apenas os conflitos reconhecidos como de grande dimensão, dentro de fronteiras nacionais, com a participação de governos ou forças armadas regulares, formação de grupos rebeldes e alto nível de violência, identificamos pelo menos cinquenta guerras civis (incluindo as que provocaram intervenções externas).

As guerras mais relevantes ocorreram em Argentina, Colômbia, México, Espanha, Reino das Duas Sicílias e Venezuela — os territórios onde o conflito civil fora mais intenso durante a luta pela independência ou pela resistência antinapoleônica (Rebecca, 2000; Bushnell, 1988). A herança de décadas de embates fratricidas radicalizou fraturas ideológicas, consolidando comunidades políticas, entrelaçando histórias familiares à fluidez dos processos desencadeados pela guerra. Em todos os casos, uma soberania frágil e contestada combinou-se com uma sociedade fortemente politizada, pronta a questionar uma ordem igualmente frágil por meio da rebelião ou da insurreição, favorecendo a reiteração dos conflitos.

Em Nápoles, o movimento liberal não conseguiu integrar-se ao regime bourbônico e acabou se inserindo no nacionalismo italiano (Róstegui; Gonzáles Calleja, 2003; Canal, 2000; Pinto, 2013). Na Espanha, ao contrário, o carlismo recusou-se a aceitar a herança isabelina e, posteriormente, a virada liberal, desafiando o regime por meio século (Rújula López, 1998).

Na América, o processo foi semelhante. No México, a única solução ao prolongado confronto entre liberais e conservadores foi o recomeço de meio século de guerras fratricidas (Pani Bano, 1985, Guerra, 1985). Na Argentina, os conflitos entre centralismo e federalismo, protecionismo e liberalismo geraram guerras nacionais e regionais desde a independência até 1880 (Álvarez, 1983). Na Venezuela, cinquenta anos de guerra civil entre caudilhos e líderes locais só se encerraram com a ditadura de Juan Vicente Gómez, em 1908 (Esteves Gonzáles, 2006). Na Colômbia, o Estado só se estabilizou após quase setenta anos de guerra cíclica entre liberais e conservadores.

As dimensões também foram crescentes: a Revolução Mexicana (1911-1920) atingiu níveis de mobilização e mortalidade comparáveis aos europeus (Knight, 1986); as guerras carlistas e o banditismo napolitano foram ferozes e sangrentos; a Guerra Federal na Venezuela e a Guerra dos Mil Dias na Colômbia causaram dezenas de milhares de mortos (Regan, 2009).

Em todos esses países, bem como no Uruguai, Peru, Equador e na América Central, a busca por uma soberania moderna levou à tentativa recorrente de constituir uma soberania

múltipla, à mútua deslegitimação das partes e à impossibilidade de negociações em momentos de crises (Huntington, 1962). As elites permaneceram frágeis e divididas, incapazes de se integrar em uma dialética aceitável, prontas a explorar divisões de classe, fraturas ideológicas entre liberais e conservadores, diferentes visões sobre o papel da Igreja e dos poderes do Estado central. O exército no Paraguai, o autoritarismo de Rosas na Argentina, a monarquia de Fernando II em Nápoles, os conservadores na Colômbia e no México, os caudilhos na Venezuela e os liberais em várias versões nacionais interpretaram modelos alternativos ou competitivos de construção do Estado, que podiam visar a abranger todo o território e população ou remodelá-los segundo suas linhas particulares (López- Alves, 2003).

O conflito absorveu também a resistência à centralização ou ao monopólio estatal por parte de oposições regionais. O reduzido espaço basco-navarro, por exemplo, teve para o carlismo o mesmo peso que a Sicília autonomista para a revolução napolitana; as províncias argentinas que combateram Buenos Aires opuseram-se à capital como as regiões costeiras e centrais da Colômbia (Patiño Villa, 2010).

Muitas vezes, os conflitos não foram conclusivos: não resultaram na eliminação do adversário, na estabilização do Estado ou no monopólio da força. A fragmentação das elites e dos grupos sociais dificultou a construção de Estados nacionais fortes, capazes de controlar a violência (e de impedir a intervenção de potências externas). Os conflitos variaram conforme regiões e objetivos, mas liberais mexicanos após 1862, conservadores colombianos nos anos 1870, federalistas argentinos ou carlistas espanhóis, mesmo derrotados, podiam sempre esperar uma revanche diante de um Estado frágil. Por isso, as guerras civis geralmente terminavam em compromissos aceitáveis, pela impossibilidade de resultados decisivos ou, salvo raras exceções (como no México após 1867), pela rápida reintegração das elites derrotadas.

Em síntese, de sessenta guerras, apenas cerca de dez — geralmente marginais — tiveram caráter tradicional, enquanto pelo menos cinquenta foram conflitos civis, embora em alguns casos tenham resultado em intervenções estrangeiras ou secessões regionais. Em todos esses Estados, ficou evidente, com regularidade empírica, que a crise de legitimidade das monarquias seculares gerara a formação de tradições políticas alternativas, reproduzindo os conflitos internos em um ciclo mais amplo de violência, encerrado apenas com a definitiva estabilização dos novos edifícios nacionais (Tilly; Tarrow, 2007). Foi o tipo de guerra que determinou a formação de cada Estado, diante da persistente presença de projetos nacionais incompatíveis, concorrendo pelo controle das instituições e pela definição de sua identidade, ainda que coexistindo em sociedades homogêneas do ponto de vista linguístico e cultural. O desenvolvimento dos projetos nacionais latino-americanos e mediterrâneos, herdeiros do império, deu-se em novas comunidades políticas e, ao mesmo tempo, através do paradigma originário do conflito interno. Ao contrário, os impérios que não implodiram por crises de legitimidade ofereceram cenário oposto: russos, ingleses, franceses (com exceções em 1848 e 1871), habsbúrgicos, prussianos e o próprio Piemonte travaram quase sempre guerras de expansão nacional ou colonial, mobilizando recursos econômicos e ideológicos, criando novas nações ou grandes impérios (Pinto, 2014).

4 UMA HIPÓTESE INTERPRETATIVA

Revolução, guerra e crise da antiga legitimidade monárquica fragmentaram um espaço geopolítico que, por séculos, mantivera coerência orgânica e dimensão imperial imponente. A fragilidade dos regimes saídos da crise da década de 1820, com a fragmentação das elites — mais do que motivos econômicos ou divisões étnicas —, determinou fortes uniformidades no embate político sobre o Estado, a identidade nacional ou a religião, em que as questões de

soberania e poder precederam a ascensão do capital como agente uniforme de mudança (Bayly, 2004).

O conflito ajudou a integrar comunidades políticas em redes internacionais, produziu recursos simbólicos e culturais por meio da arte e da imprensa, mobilizou pertencimentos, valores e elementos emocionais e modificou a natureza da guerra. Ainda assim, em todos os países herdeiros da monarquia habsbúrgica e bourbônica, pela primeira vez em três séculos, a guerra externa deixou de ser vista como instrumento de afirmação do Estado. Ela exigia grandes recursos, coesão ideológica ou, ao menos, instituições centrais — tornadas raríssimas após o fim do grande espaço imperial. Tratou-se, em larga medida, de conflitos limitados, combatidos por atores sem capacidade organizativa, logística ou ideológica para grandes guerras ou de aniquilamento.

A combinação entre poder central débil, atraso econômico e contínua deslegitimação da autoridade política impossibilitou o desenvolvimento de uma política de potência ou de guerras internacionais, ao mesmo tempo em que favoreceu a eclosão de guerras internas. As diferenças foram consideráveis: na Itália, o caráter da guerra civil aproximou, em alguns aspectos, a dinâmica da relação revolução–contrarrevolução daquela da Espanha contemporânea. Na América Latina, o conflito interno permitiu o surgimento de diferentes ideias de comunidade política, assim como formas opostas e poderosas de pátria moderna, renovando a competição entre projetos nacionais de caráter conservador ou liberal, federalista ou centralista, autoritário ou radical.

As guerras internacionais cessaram com o fim das condições determinadas pelo colapso das monarquias (estabilização de fronteiras e lideranças regionais, formação de novas nações ou consolidação dos Estados), enquanto a conclusão parcial dos conflitos civis só foi possível mediante a transferência progressiva e complicada do monopólio da violência da esfera privada para a pública. Isso também explica o reduzidíssimo peso desses países nos conflitos globais. Aqueles que participaram das duas guerras mundiais o fizeram em formas limitadas (declarações de guerra formais, geralmente a pedido dos EUA) ou por integrarem Estados totalmente novos (como o Mezzogiorno italiano). Mesmo na Guerra Fria, embora não tenham faltado guerrilhas e ditaduras, nunca se registraram guerras regionais ou de grande escala.

Nos países ex-bourbônicos, da Espanha à América Latina, no século XX, a guerra internacional desapareceu quase por completo ou se deslocou para áreas da América Central (Honduras, El Salvador, Nicarágua), onde o processo de estruturação estatal era menos sólido. O estudo do fim do mundo bourbônico em escala geral permite analisar razões e características da primeira grande onda de Estados nacionais da história, propiciando comparação com a dissolução de instituições imperiais que marcariam todo o século XX.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, J. **Las guerras civiles argentinas**. Buenos Aires: EUDEBA, 1983.

BAYLY, C. A. **The Birth of the Modern World: Global Connections and Comparisons, 1780-1914**. Oxford: Blackwell, 2004.

BELL, D. A. **The First Total War: Napoleon's Europe and the Birth of Warfare as We Know It**. New York: Houghton Mifflin, 2007.

BETHELL, L. **The Independence of Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

- BOX, P. **The Origins of the Paraguayan War**. New York: Russel and Russel, 1967.
- BROW, M. E.; PAQUETTE, G. J. (orgs.). **Connections after Colonialism: Europe and Latin America in the 1820s**. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2012.
- BROWN, M. **The International Dimensions of Internal Conflict**. Cambridge: Center for Science and International Affairs – MIT Press, 1996.
- BROWN, M. **Aventureros, mercenarios y legiones extranjeras en la independencia de la Gran Colombia**. Medellín: La Carreta Editores, 2010.
- BURR, R. N. **Reason or Force: Chile and the Balancing of Power in South America, 1830-1905**. Berkeley–Los Angeles: University of California Press, 1965.
- CANAL, J; GONZÁLES CALLEJA, E. (orgs.). **Guerras civiles: una clave para entender la Europa de los siglos XIX y XX**. Madrid: Casa de Velázquez, 2012.
- CANAL, J. **El carlismo: dos siglos de contrarrevolución en España**. Madrid: Alianza Editorial, 2000.
- CARIDI, G. **Carlo III**. Salerno: Salerno Editrice, 2015.
- CENTENO, M. A. **Blood and Debt: War and the Nation-State in Latin America**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2002.
- COBB, R. **Reactions to the French Revolution**. London–New York: Oxford University Press, 1972.
- COLLIER, S.; SATER, W. **A History of Chile, 1808-1994**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CUENCA TORIBIO, J. M. **La Guerra de la Independencia: un conflicto decisivo, 1808-1814**. Madrid: Encuentro, 2006.
- DAVIS, J. A. **Naples and Napoleon: Southern Italy and the European Revolutions, 1780-1860**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- ENZENSBERGER, H. M. **Perspectivas de guerra civil**. Barcelona: Anagrama, 1994.
- ESDAILE, C. **The Peninsular War: A New History**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- ESTEVES GONZÁLES, E. **Las Guerras de los Caudillos**. Caracas: El Nacional, 2006.
- FERRER, A. **Insurgent Cuba: Race, Nation and Revolution, 1868-1898**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999.
- FRASER, R. **Napoleon's Cursed War: Spanish Popular Resistance in the Peninsular War, 1808-1814**. New York–London: Verso, 2008.
- GANDÍA, E. **La independencia Americana**. Buenos Aires: Libros del Marisol, 1960.

GODECHOT, J. **The Counter-Revolution: Doctrine and Action**, 1789-1804. New York: H. Fertig, 1971.

GUARDINO, P. **Peasants, Politics, and the Formation of Mexico's National State: Guerrero 1800–1857**. Stanford: Stanford University Press, 1996.

GUERRA, F.-X. **Las Revoluciones Hispánicas: Independencias Americanas y Liberalismo Español**. Madrid: Editorial Complutense, 1995.

GUERRA, F.-X. **Modernidad e Independencias: Ensayos sobre las Revoluciones Hispánicas**. Madrid: MAPFRE, 1992.

HAMNETT, B. **La Política Española en una Época Revolucionaria**, 1790–1820. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

HOCQUELLET, R. **Resistencia y revolución durante la Guerra de la Independencia: del levantamiento patriótico a la soberanía nacional**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2008.

HUNTINGTON, S. **Patterns of Violence in World Politics**. In: _____ (org.). **Changing Patterns of Military Politics**. London: Chatto and Windus, 1962.

KALYVAS, S. **The Logic of Violence in Civil War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

KELLY, P. **Checkerboards and Shatterbelts: The Geopolitics of South America**. Austin: University of Texas Press, 1997.

KNIGHT, A. **The Mexican Revolution**. New York: Cambridge University Press, 1986.

KOSELLEK, R. **Critica illuminista e crisi della società borghese**. Bologna: Il Mulino, 1972.

LÓPEZ-ALVES, F. **La formación del Estado y la democracia en América Latina**, 1830–1910. Barcelona: Norma, 2003.

MARTIN, J.-C. **I bianchi e i blu: realtà e mito della Vandea nella Francia rivoluzionaria**. Milano: SEI, 1989.

MASCILLI MIGLIORINI, L. **Il mito dell'eroe**. Napoli: Guida, 2003.

OSZLAK, O. **La formación del Estado argentino**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1982.

PANI BANO, E. **El Segundo Imperio: Pasados de usos múltiples**. México: CIDE/Fondo de Cultura Económica, 2004.

PATÍÑO VILLA, C. A. **Guerra y Construcción del Estado en Colombia**. Bogotá: UMNG, 2010.

PAVONE, C. **Una guerra civile: saggio storico sulla moralità della resistenza**. Torino: Bollati Boringhieri, 1994.

PÉREZ VEJO, T. **Elegía criolla: una reinterpretación de las guerras de independencia hispanoamericanas**. México: Tusquets Editores, 2010.

PINTO, C. **Crisi globale e conflitti civili: nuove ricerche e prospettive storiografiche**. Meridiana, n. 78, p. 9–30, 2013.

PINTO, C. **Crolli borbonici**. Meridiana, n. 81. Roma: Viella, 2014.

PINTO, C. **La “guerra civil borbónica”: crisis de legitimidad y proyectos nacionales entre Nápoles y el mundo iberoamericano**. In: MASCILLI MIGLIORINI, L.; DE FRANCESCO, A.; NOCERA, R. (orgs.). **Entre Mediterráneo y Atlántico: circulaciones, conexiones y miradas, 1756–1876**. Santiago do Chile: FCE, 2014. p. 341–360.

PINTO, C. **Tempo di guerra: conflitti, patriottismi e comunità politiche opposte nel Mezzogiorno d’Italia (1859–1866)**. Meridiana, n. 76, 2013.

PORTILLO VALDÉS, J. M. **Crisis atlántica: autonomía e independencia en la crisis de la monarquía hispánica**. Madrid: Marcial Pons, 2006.

RANZATO, G. **Un evento antico e un nuovo oggetto di riflessione**. In: _____ (org.). **Guerre fratricide: le guerre civili in età contemporanea**. Torino: Bollati Boringhieri, 1994.

RAO, A. M. (org.). **Napoli 1799 fra storia e storiografia**. Napoli: Vivarium, 2002.

REBÉCCA, E. (org.). **Rumors of War: Civil Conflict in Nineteenth-Century Latin America**. London: Institute of Latin American Studies, 2000.

REGAN, P. M. **Sixteen Million One: Understanding Civil War**. Boulder: Paradigm Publishers, 2009.

RÚJULA LÓPEZ, P. **Contrarrevolución, Realismo y Carlismo en Aragón y el Maestrazgo, 1820–1840**. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 1998.

RUJULA, P.; SOLANS, J. R. (orgs.). **El desafío de la revolución: reaccionarios, antiliberales y contrarrevolucionarios, siglos XVIII y XIX**. Granada: Comares, 2017.

SCHNUR, R. **Rivoluzione e guerra civile**. Milano: Giuffrè, 1986.

SINGER, D.; SMALL, M. **Resort to Arms: International Civil War, 1816–1980**. Beverly Hills: Sage, 1982.

SUTHERLAND, D. M. G. **France 1789–1815: Revolution and Counterrevolution**. New York: Oxford University Press, 1986.

TILLY, C. **Coercion, Capital, and European States, AD 990–1990**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

TILLY, C. **From Mobilization to Revolution**. New York: Random House–McGraw, 1978.

TILLY, C.; TARROW, S. **Contentious Politics**. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.

TIMOTHY, A. **The Fall of Royal Government in Mexico City**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1978.

TUTINO, J. **From Insurrection to Revolution in Mexico: Social Bases of Agrarian Violence, 1750–1940**. Princeton: Princeton University Press, 1986.

VAN CREVELD, M. **The Transformation of War**. New York: The Free Press, 1991.

WALDMANN, P.; REINARES, F. (orgs.). **Sociedades en guerra civil: conflictos violentos de Europa y América Latina**. Barcelona: Paidós, 1999.